

Tecnologia: EUA fazem mais exigências ao Brasil.

JORNAL DA TARDE

A ajuda do Brasil ao Iraque para fabricar equipamentos militares vai custar um alto preço ao governo Collor: os Estados Unidos vão exigir uma série de salvaguardas para repassar qualquer tecnologia ao País, além de condicionar a renovação de um acordo de cooperação na área científica, que vence agora em maio, ao reconhecimento das patentes na indústria farmacêutica.

A informação sobre as novas regras que deverão gerir a relação entre os dois países foi repassada ao secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, e ao secretário-geral de Política Exterior do Itamaraty, Marcos Azambuja, por dois importantes assessores do presidente George Bush — o subsecretário de Estado, Laurence Eagleburger, e a representante para assuntos comerciais, Carla Hils. Goldemberg foi a Washington na semana passada, a convite do governo americano.

Segundo Goldemberg, os Estados Unidos, que hoje já colocam restrições alfandegárias a 40% de suas importações, ampliarão ainda mais esse percentual. Nos próximos dias será divulgado um ato do presidente George Bush, com as exigências que os países selecionados para receber tecnologia terão que cumprir. As restrições abrangerão desde o repasse de tecnologia à venda de produtos e equipamentos. Os supercomputadores, por exemplo, também serão incluídos na restrição. Gol-

* 7 MAR 1991

Goldemberg
está
negociando
com os
Estados
Unidos a
prorrogação
do acordo de
tecnologia



Márcia Cristina Guerra/AE

demberg garantiu que a venda do “vector facility” — processador vetorial da IBM americana que permitiria à Embraer transformar um IBM 3090 em um supercomputador, está assegurada. Só não virá se a empresa não superar suas dificuldades financeiras.

O subsecretário Laurence Eagleburger deixou claro a Goldemberg que a ajuda militar do Brasil ao Iraque irá dificultar o acesso a novas tecnologias. “Eles querem evitar um outro efeito Piva”, disse, referindo-se à assessoria prestada pelo ex-brigadeiro Hugo de Oliveira Piva para a construção de mísseis pelo Iraque,

numa operação que teve início durante o governo Figueiredo.

Carla Hils disse a Goldemberg que a renovação do contrato de cooperação científica firmado em 1986 só acontecerá se o Brasil reconhecer as patentes da indústria farmacêutica. O projeto de lei instituindo a nova medida deverá estar pronto até o dia 20 deste mês, quando será encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente Fernando Collor. Mas o Brasil pretende reconhecer a propriedade intelectual de forma gradual: dentro de cinco anos para os remédios e de três para os processos farmacêuticos.